

VENCENDO O PRECONCEITO E O RACISMO

Como vimos neste livro, preconceito e racismo se adaptam historicamente, assumindo formas de expressão permitidas, ou pelo menos não sancionadas, nos novos contextos normativos. Em que pese essa tenacidade e maleabilidade, esses fenômenos podem e devem ser combatidos. São invenções humanas, produzidas por seres humanos, e por isso podem ser vencidas também por eles (OSKAMP, 2002). Ainda que essa afirmação seja óbvia, ela nem sempre é considerada. Muitas pessoas alegam que não há como vencer preconceitos e racismos, pois eles acompanham a história da humanidade. Se isto fosse verdade, então não poderia haver pessoas não preconceituosas e não racistas; e, como sabemos, há essas pessoas; de forma que pode haver sociedades sem preconceito e sem racismo.

Para discutir formas de combate a esses fenômenos, é importante não esquecer da sua tripla constituição: individual, cultural e institucional. Em cada uma dessas dimensões, devemos considerar, para seu combate efetivo, as possíveis causas, interesses e formas de manifestação (OSKAMP, 2000). Assim, devemos considerar, simultaneamente, causas e consequências individuais, culturais e institucionais do preconceito e do racismo para perpetradores e para vítimas.

A proposta de combate apresentada nessa parte do texto se organiza conforme Paluck e Green (2009). Esses autores realizaram uma extensiva metanálise, incluindo 985 produções, acadêmicas e não acadêmicas, publicadas e não publicadas, disponíveis em bases de dados de todas as áreas entre 1993 e 2008. Eles usaram na sua busca vários termos: “racismo”; “homofobia”; “ageísmo”; “antipatia por grupos étnicos, religiosos, nacionais e fictícios (experimentais)”, “preconceito contra pessoas com excesso de peso, pobres ou incapacitadas” etc. Em seguida, apresentamos os principais modelos de combate ao preconceito e sumariamos os resultados obtidos por eles.

11.1. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INDIVIDUAL

No nível individual de expressão e de combate ao preconceito e racismo, um primeiro plano de análise, é o das supostas predisposições genéticas e evolucionárias para o preconceito. Ainda que a esse respeito pouca coisa possa ser feita, podemos supor que mudanças nos outros planos podem alterar esses padrões (OSKAMP, 2000). Ademais, é preciso considerar que as explicações biologizantes do racismo e preconceito apresentam uma série de inconsistências; sendo suas evidências pouco confiáveis e passíveis de polêmicas (ver LIMA, 2013).

No nível individual, o plano das diferenças pessoais, ou de personalidade, é outro que merece atenção da literatura. As estratégias de combate são variadas e todas focalizadas nos indivíduos. Merecem destaque nesse plano as teorias que propõem como causas do preconceito e do racismo a personalidade (ADORNO et al., 1950), a orientação para a dominância social (SIDANIUS & PRATTO, 1999) e as teses sobre economia psíquica, categorização social e identidade (FISKE & TAYLOR, 1984; TAJFEL, 1981). Como a “doença” tem a ver com fatores cognitivos (i.e., crenças, estilos de pensamento, opiniões etc.) e afetivos (i.e., emoções associadas aos “outros”), a “cura” também foca esses aspectos. As estratégias de combate podem incluir instrução ou reeducação, manipulação de responsabilidade, conscientização, foco na autoestima ou emoção levando as pessoas a situações de empatia com as vítimas do preconceito e, ainda, terapias e aconselhamentos (OSKAMP, op. cit.; PALUCK & GREEN, 2009).

Boa parte das intervenções experimentais feitas em laboratórios concebem o preconceito como ignorância ou desconhecimento face ao diferente, em decorrência, as estratégias mais comuns de combate a esse fenômeno são a instrução ou o treino contra estereotípico, ou seja, expor os indivíduos a informações que desconfirmam o estereótipo das minorias; treino de responsabilidade, na qual os

sujeitos são levados a apresentar razões lógicas para seus preconceitos; tarefas que focalizam as emoções, geralmente tentando fazer com que os perpetradores de preconceito sintam aquilo que as vítimas sentem; outras estratégias voltadas para o contra condicionamento, as quais procuram combater o preconceito implícito, ou inconsciente, por meio da supressão do pensamento, conscientização, recondicionamento e controle racional (ver BLAIR, 2002, para uma revisão).

Para um aprofundamento nas possibilidades desses tipos de técnicas, vale a pena assistir o filme “O olho da tempestade”, de 1970, no qual é retratado um exercício chamado “olhos azuis *versus* olhos castanhos^{XXVII}”, que coloca crianças em situação de vivência como vítima e como perpetradores do preconceito.

As intervenções de tipo experimental têm na sutileza dos meios e na capacidade de controle de possíveis interferências nos dados, ao mesmo tempo, sua principal virtude e seu principal limite (PALUCK & GREEN, 2009). Os experimentos de laboratório carecem muitas vezes de validade externa, ou seja, não é possível saber se eles se aplicam a situações mais complexas: históricas, políticas e econômicas, onde o racismo e o preconceito se manifestam. Além desse, alguns outros limites são destacados pelos autores: 1) populações – a grande maioria dos estudos experimentais em laboratório são feitos com estudantes universitários, norte-americanos, brancos de classe média; de modo que são pouco aplicáveis à população em geral (SEARS, 1986); 2) relevância das tarefas – os construtos (atitudes, crenças, comportamentos) medidos no laboratório são abstrações geralmente de pouca relevância social para os participantes dos estudos, tais como simulações de contratação de empregados, avaliações de grupos ou pessoas fictícias, ou breves interações com um estranho, de forma que podem gerar pouco engajamento nas respostas; e 3) nem sempre se mede o que interessa medir – o que significa um escore “preconceituoso” num teste como o de Associações Implícitas (TAI)^{XXVIII}, seria estereótipo, preconceito, ou apenas maus hábitos?

Finalmente, outras estratégias para combater racismo e preconceito tomando os níveis individual e interpessoal de expressão foram: entretenimento, a exemplo de livros, filmes, programas de TV, com mensagens políticas de integração cultural; leituras ou contação de histórias, nas quais membros das minorias são representados positivamente. Estas técnicas, no seu conjunto, alcançaram resultados medianos ou fracos de redução do preconceito, tanto no curto, quanto no médio prazo (PALUCK & GREEN, 2009).

A melhor recomendação para aqueles que pretendem trabalhar com programas de redução do preconceito e racismo no nível individual é permanecerem

críticos em relação às recomendações advindas de pesquisas em laboratório até que estas sejam testadas em situações mais amplas e complexas, como as da vida real (PALUCK & GREEN, 2009).

11.2. COMBATENDO O PRECONCEITO E O RACISMO NO NÍVEL INTERGRUPAL: CULTURAL INSTITUCIONAL

“Nada mais errônea que a crença de muitos judeus de que não haveria anti-semitismo se todos os judeus se comportassem adequadamente. Pode-se mesmo dizer que é o bom comportamento dos judeus, seu trabalho árduo, sua eficiência e êxito como negociantes, médicos e advogados, que estimulam a propensão anti-semita. O anti-semitismo não pode ser detido pelo bom comportamento do judeu individual, porque não se trata de um problema individual, e sim de um problema social.” (LEWIN, 1948, p. 176).

A advertência acima, de Kurt Lewin, nos ajuda a introduzir o tema do combate ao racismo e preconceito no nível intergrupar de análise.

As intervenções conduzidas em laboratórios, considerando a expressão do preconceito e do racismo perpetrada no nível dos grupos e das instituições, de forma geral, se debruçam sobre os efeitos do encontro com a diferença. Exemplos são: os modelos de recategorização, descategorização, categorização cruzada ou interseccionalidade e os modelos de integração. Todos esses modelos derivam da hipótese do contato de Allport (1954), pois supõem que o preconceito e o racismo se vinculam à identidade e ao etnocentrismo.

O **modelo da recategorização**, proposto por Gaertner, Dovidio, Anastasio, Buchman e Rust (1993), sugere que a criação e ênfase em um pertencimento grupal mais amplo e inclusivo (superordenado), algo como: “embora tenhamos cores diferentes, somos todos seres humanos”, pode ajudar a superar os conflitos entre grupos. O **modelo da descategorização**, por sua vez, afirma que as interações personalizadoras podem atuar no combate às fronteiras identitárias de percepção das diferenças entre grupos (BREWER & MILLER, 1984); por exemplo, “embora tenhamos cores diferentes, somos ambos pessoas (eu e você), e isso é o que importa”. Os outros modelos se referem, de forma geral, à noção de diferenciação mútua e sugerem que, preservando as identificações aos pertencimentos grupais originais dos indivíduos, pode-se afirmar a interdepêndência positiva, isto é, necessidade de cooperação para alcançar metas coletivas comuns. Ou ainda, reportam-se ao fato de que, em algum nível no emaranhado de fios que nos ligam aos grupos nas teias sociais, há uma intersecção, ou seja, dois in-

divíduos totalmente diferentes em alguns aspectos, podem ter um pertencimento comum: eu sou mulher, você homem, eu sou branca, você negro, sou evangélica, você católico, sou homossexual, você hetero; mas somos ambos psicólogos. A metanálise de Paluck e Green (2009), indica que todas as intervenções baseadas nesses modelos identitários obtêm algum sucesso na redução do preconceito e racismo.

No plano intergrupar, institucional ou cultural de combate ao racismo e ao preconceito, muitas das intervenções são feitas, como era de se esperar, em instituições: escolas, empresas, comunidades, hospitais, delegacias e mídia. Embora elas tenham o mérito de atacar o problema no contexto onde ele emerge, há conseqüentes limitações metodológicas, de falta de controle de interferências ou de falta de instrumentos precisos que permitam avaliar, de forma sistemática, o que funciona e o que não funciona em termos de combate ao preconceito e ao racismo.

Paluck e Green (2009) analisam ainda o efeito das intervenções experimentais conduzidas em cenários naturais ou realísticos para redução do preconceito no plano intergrupar das relações. São coligidas 107 intervenções de campo, a maioria delas sobre aprendizagem cooperativa. A principal estratégia empregada foi a técnica do “Jigsaw”, em sala de aula, a qual consiste em criar atividades do tipo quebra-cabeças, a fim de que crianças de diferentes grupos e que, individualmente, possuem informações específicas necessárias para resolver o problema, interajam cooperativamente para a solução dele. Os estudos metanalisados encontram resultados positivos utilizando essa técnica de redução do preconceito contra diversas minorias sociais.

Podemos chegar a partir da análise dos métodos que tratam da redução do preconceito e racismo a duas conclusões importantes. 1) É possível vencer o monstro – se as pessoas aprendem a ser preconceituosas e racistas pelas mais diversas razões e interesses, elas também podem desaprender se soubermos entender e combatê-los. Como referem Paluck e Green (2009), se a sociedade induz conformismo com as normas do preconceito, ela também pode induzir conformismo com as normas da tolerância e do respeito à diferença. 2) **A falta de resultados consistentes no combate ao preconceito e ao racismo** – pode se dever à ausência de teoria(s) adequada(s) para o entendimento dos fenômenos e das suas imbricações em diferentes níveis de análise, a exemplo do individual, cultural e institucional. Também é necessário construir, testar e aplicar medidas mais precisas sobre os efeitos das intervenções empregadas, considerando seus resultados a curto, médio e longo prazo.

É preciso ter clareza de que o preconceito e o racismo não são apenas marcas do nosso atraso moral, enquanto pessoas, e civilizacional, enquanto sociedade; eles impedem o desenvolvimento econômico e custam caro também em termos materiais. Somente em 2008 o governo francês gastou 600 mil euros para combater a discriminação. Nos Estados Unidos, os gastos com treinamento em diversidade corporativa chegam a 8 bilhões de dólares por ano (ER-RAFIY, BRAUER, & MUSCA, 2010). Novamente, é Kurt Lewin (1948, p. 181) quem nos ajuda a entender que: “(...) o destino dos judeus (minorias) está ligado ao bem-estar econômico da maioria. Infelizmente, será impossível resolver o problema econômico enquanto as minorias desprivilegiadas puderem fornecer mão-de-obra barata e bodes expiatórios políticos”.

Não obstante, a urgência e importância dos temas do preconceito e do racismo, a produção da psicologia social dominante permanece rica, em termos teóricos, e sofisticada, em termos metodológicos, mas ainda muito pouco capaz de intervenções efetivas no campo de conflito intergrupais (PALUCK & GREEN, 2009). Desse modo, precisamos também construir uma agenda mais ampla e permanente de análise do preconceito e racismo na psicologia social do Brasil. Continuar estudando o assunto é um bom início.

Finalmente, procuramos apresentar, respeitando a lógica dos níveis individual, cultural e institucional de produção e expressão do racismo, modelos de combate produzidos na psicologia social. Vimos, a partir de uma metanálise, que as estratégias para vencer o “monstro” dependem do nível adotado, podendo envolver desde processos de reestruturação cognitiva, de crenças e hábitos, num nível mais individual, até mudanças culturais, na forma de apresentação dos grupos na mídia, e transformações institucionais, na representatividade dos grupos nas estruturas de poder. Como o racismo e o preconceito não assumem a lógica de serem fenômenos do tipo “ou”: “ou individual ou cultural ou institucional”; mas sim do tipo “e”: “individual e cultural e institucional”, as armas para seu combate devem também estar integradas numa lógica multinível.